

Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do país (1939-1943)

Strategic dilemmas of Brazil in World War II: Hemispheric Defense, nationalization policy and Nazi subversion in the south (1939-1943)

Dennison de Oliveira¹

Resumo O objeto da pesquisa é a política de Defesa Hemisférica desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos da América (EUA) em aliança com o Brasil e o enfrentamento das ameaças dos países do Eixo ao continente. O problema aqui colocado é a interpretação da forma pela qual era entendida, tanto por autoridades militares brasileiras quanto estadunidenses, a paisagem estratégica delineada entre o início da guerra e a efetiva participação das forças armadas do Brasil naquele conflito, com relação a um perigo em particular. É examinado aqui o risco – potencial ou real – representado pelas comunidades de origem alemã, italiana e japonesa à segurança nacional brasileira.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; política de nacionalização; subversão nazista

Abstract: The research is about the Hemispheric Defense policy developed during World War II by the United States of America (USA) in alliance with Brazil to confront the threats of the Axis countries on the continent. The problem put here is the interpretation of the way it was understood by both Brazilian military authorities as Americans, the strategic landscape drawn between the start of the war and the effective participation of the armed forces of Brazil in that conflict, with respect to a particular danger. Here it is examined the risk - real or potential - represented by members of German, Italian and Japanese communities to Brazilian national security.

Keywords: World War II; nationalization policy; Nazi subversion

¹ Pós-Doutor INEST/UFF, 2015, professor PGHIS/UFPR, bolsista pos doc FAPERJ E-mail: kursk@matrix.com.br

Introdução

O objeto deste texto é parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida anteriormente sobre a política de Defesa Hemisférica operada durante a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos da América (EUA) em aliança com o Brasil. Tais pesquisas se referem a um conjunto das extensas negociações sobre uma variedade de questões políticas, econômicas e militares suscitadas pelas ações militares e atividades de planejamento destas das forças armadas brasileiras e estadunidenses no decorrer da guerra. Aqui serão examinadas ações e avaliações conjuntas que dizem respeito ao enfrentamento de apenas uma das ameaças dos países do Eixo ao continente americano. Especificamente, o problema aqui colocado é a interpretação da forma pela qual era entendida, tanto por autoridades militares brasileiras quanto estadunidenses, a paisagem estratégica delineada entre o início da guerra e a efetiva participação das forças armadas do Brasil naquele conflito, com relação a uma hipótese de guerra: a possibilidade dos indivíduos de origem alemã, italiana e japonesa atuarem, isoladamente ou em massa, contra o esforço de guerra aliado, através de sabotagem, resistência passiva ou mesmo um levante armado.

O trabalho coloca e pretende contribuir para elucidar questões como: qual era então a paisagem estratégica e como era entendida pelos países aliados? Quais eram os riscos e ameaças tidos como mais perigosos? Qual o lugar ocupado nas preocupações de ordem estratégica pelos receios com relação à fidelidade à causa aliada das populações de descendentes de alemães, italianos e japoneses? Quando é, finalmente, abandonada a hipótese de um levante separatista de origem nazista no Sul? As conclusões e constatações da literatura existente sobre o tema seguem merecendo crédito ou estão por serem revistas?

A metodologia empregada nesse trabalho consiste em uma breve revisão e síntese de alguns dos principais títulos da literatura disponível sobre o tema, buscando mostrar como diferentes autores tidos como referencia na área interpretam tais questões. Em seguida serão descritas e comentadas algumas fontes históricas originais, resultado de recente pesquisa realizada nos Arquivos Nacionais dos EUA, bem como memórias de alguns dos participantes dos eventos pretendendo-se, com o exame destas fontes, fazer avançar nosso conhecimento sobre a maneira pela qual altas autoridades brasileiras e estadunidenses descreviam e avaliavam a ameaça representada pelas populações de descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses residentes no Sul do Brasil à época da Segunda Guerra Mundial.

O resultado é um olhar “de dentro” do sistema decisório da política de defesa, ao mesmo tempo revelador e contraditório. É revelador porque permite saber quão a sério era levada – ou não - a ameaça dos “quinta-colunas”, ou seja, traidores, sabotadores, boateiros e participantes da resistência passiva contra a mobilização do Brasil para a guerra entre os suspeitos potenciais, isto é, os “eixistas”, que é como eram conhecidos os imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa e seus descendentes. As contradições se referem aos conflitos oriundos da tentativa de se utilizar o recrutamento para o Exército Brasileiro como instrumento de “nacionalização” dos indivíduos de origem alemã, italiana e japonesa. Inicialmente se supunha que o engajamento dos indivíduos oriundos dos “quistos” de imigrantes “inassimiláveis” no Exército Brasileiro através do serviço militar em tempo de guerra poderia contribuir para seu “abrasileiramento” e inclusão definitiva na comunidade de origem luso-brasileira. Na prática o processo se revelou mais problemático do que se supunha originalmente, como algumas evidências sugerem.

Tomados em seu conjunto as fontes permitem concluir que as constatações presentes na literatura sobre o tema seguem sendo merecedoras de crédito. As altas autoridades militares brasileiras e estadunidenses raramente levaram a sério a ameaça representada pelas comunidades de imigrantes “eixistas”. Exceto pelo breve período de intensas especulações ligado à entrada do Brasil na Guerra, o tão propalado “levante” de populações de origem alemã, italiana e japonesa jamais chegou sequer a se configurar, nem mesmo simbolicamente. Esta constatação está em conformidade com a literatura disponível que enfatiza o afastamento e alienação das questões políticas da maior parte destas populações, a reduzida adesão destas ao Partido Nazista no Brasil e o caráter extremamente tópico e localizado das atividades de espionagem alemã, sem ligação com as comunidades de imigrantes localizadas no sul do país.

Síntese historiográfica

A história das populações imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial já se tornou há tempos um tema clássico. Diversos autores, nacionais e estrangeiros, da disciplina da História e de diversos outros campos do saber, produziram obras especificamente sobre o tema, ou o incluíram no quadro mais amplo dos estudos de aculturação e imigração, alguns dos quais se tornaram referências obrigatórias. A importância destes autores diz respeito não só a

essa parte da história, mas também de toda História do Brasil.² Para este texto foram escolhidos apenas alguns poucos autores de obras mais recentemente publicadas para serem citados como referências daquilo que se entende que seja o estado atual da arte nesse campo de investigações. Por razões de espaço compuseram a amostra apenas obras dedicadas às comunidades de descendentes de alemães.

Em particular no que se refere ao estudo das populações de origem germânica, é possível se encontrar que desde o início do século XX importantes autores se debruçaram sobre o tema, a partir de uma variedade de perspectivas e atendendo em suas pesquisas a diferentes interesses e motivações. No que se refere propriamente aos autores acadêmicos os antecedentes mais próximos certamente são as pesquisas desenvolvidas por Giralda Seyferth.³ Esta autora pesquisou de forma extensa e detalhada a cultura interna desenvolvida pelas comunidades de origem germânica em Santa Catarina, bem como o impacto que sobre ela foi exercido pela campanha da nacionalização, pela subversão nazista e pela guerra. Embora contendo amplas e extensas informações sobre a infiltração do nazismo em diferentes organizações destas comunidades, a autora nota que o êxito e amplitude do processo permaneceram extremamente limitados. Essas conclusões tem sido desde então mantidas e atualizadas pelos autores que se seguiram.

Esse é o caso, por exemplo, de René Gertz, em sua obra de 1991. O autor afirma taxativamente que jamais existiu qualquer caso comprovado de espionagem, sabotagem ou similar entre os indivíduos oriundos das colônias de imigrantes alemães. Ele constata que muitos processos e inquéritos sobre diferentes práticas consideradas subversivas ou nazistas foram abertos. Contudo, ele atribui o fato principalmente à motivação da parte dos agentes repressivos do Estado no sentido de manterem e ampliarem seu poder. Afinal de contas, o combate à “quinta-coluna”, entidade na prática

² É o caso, dentre outros, de autores como MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente:** ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989; 1955. FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942. ROMERO, Sylvio. **O alemanismo no sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

³ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre: Editora Movimento, 1974. Ver também da mesma autora **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. Também da mesma autora ver **Os paradoxos da miscigenação:** observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In: Estudos Afro-Asiáticos, no. 20, junho de 1991, pp. 165-185.

inexistente, demandava verbas, cargos e nomeações, aumentando o poder de indivíduos e instituições dedicadas à ação repressiva.⁴

O temor à subversão das populações alemãs, em especial se viesse a ocorrer em conexão às ações militares da Alemanha propriamente dita era cultivado desde antes da Primeira Guerra Mundial. O receio quanto às pretensões alemãs em anexar parte da América Latina onde predominassem populações de imigrantes alemães e seus descendentes foi amplamente disseminado, embora sem base concreta. Embora recorrentes, os supostos planos ou ações do então Império Alemão visando a converter o sul da América do Sul em sua parte integrante, jamais foram confirmados pelas fontes disponíveis, como constataram diferentes historiadores mesmo ao final do século passado.⁵

No século XXI o conhecimento sobre estas questões foi imensamente ampliado graças a uma série de pesquisas que aprofundaram e detalharam aspectos-chave tanto da natureza e conteúdo da política da nacionalização quanto do Partido Nazista no Brasil. Escapa aos limites deste texto comentar toda a vasta e relevante produção que em tempos recentes tem se dedicado a temática. Contudo, não se pode deixar de destacar aqui duas contribuições.

A primeira é a de Marlene de Fáveri que tomou como objeto a população civil do Estado de Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial, então vivendo a política de nacionalização e da mobilização para a guerra. Apoiando-se em extensa e sólida documentação o trabalho examina fenômenos como a criminalização do uso da língua estrangeira, a repressão ao clero, a criação de campos de concentração e outras unidades prisionais para encarceramento de indivíduos tidos como perigosos à segurança nacional, bem como uma série de ações por parte do poder público (apreensões, extorsões, desapropriações, etc.) voltadas à repressão e controle das populações de imigrantes e seus descendentes tidos como “eixistas”. Pela amplitude da sua base empírica e o rigor da análise tal trabalho tornou-se desde então um clássico, tendo influenciado muitas pesquisas que se seguiram. A autora revela aspectos até então desconhecidos da extensa e minuciosa participação do Exército Brasileiro na campanha da nacionalização. Dentre estes cabe citar a proposta (aparentemente não efetivada) do uso de oficiais e sargentos do Exército como instrutores de educação física em localidades dominadas por

⁴ GERTZ, René. **O perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. p.48

⁵ Ver por exemplo MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Nazismo e Pangermanismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

populações “estrangeiras” onde se entendia necessário promover a nacionalização.⁶

No que diz respeito ao tema aqui tratado são relevantes as constatações que faz sobre o tão propalado contrabando de armamento para uso dos alemães e seus descendentes nas zonas de fronteira à época da guerra, recorrentemente tido como “prova” da iminência de uma sublevação nazista. A autora revela que tais episódios não tinham qualquer conexão com o tão temido “levante” subversivo nazista. Pelo contrário, suas fontes permitem afirmar que se tratava de práticas estabelecidas há muito tempo, ligadas a necessidade de armas de pequeno calibre estritamente para caça e defesa pessoal, fornecidas através do contrabando. Ou seja, também aqui não se verifica a existência de qualquer ação subversiva nazista real e concreta contra a segurança nacional brasileira.⁷

Outra contribuição relevante que deve ser citada aqui é a Tese de Doutorado em História de Ana Maria Dietrich, dedicada ao estudo do Partido Nazista no Brasil. Sua pesquisa foi desenvolvida em arquivos nacionais e estrangeiros e lhe permitiu constatar, entre outras coisas, o relativo fracasso do Partido Nazista no Brasil, manifesto na alienação da maior parte da comunidade de origem alemã, nos reduzidos efetivos que conseguiu arregimentar e na flexibilização da doutrina de que deveria ser portador, num fenômeno designado pela autora como de “tropicalização” do nazismo. Ou seja, também aqui inexistente evidência do sempre enfatizado “perigo alemão”.⁸

A tão temida conspiração nazista que iria atizar o conjunto da comunidade de origem alemã contra o governo no decorrer da Segunda Guerra Mundial jamais existiu, não se verificando qualquer manifestação ou tentativa do tipo. Contudo, a fidelidade desta comunidade à pátria brasileira seguia sendo questionada àquela época. Desde a fase final da campanha da nacionalização no Brasil ao fim da Segunda Guerra Mundial se conheciam evidências, em boa medida esparsas e de autenticidade discutível, da participação de indivíduos de origem alemã nascidos no Brasil nas forças armadas nazistas durante a guerra. Isso configuraria, para um grande número de crentes no “perigo alemão” uma manifestação concreta e irrefutável da tão temida possibilidade de traição, no caso, de “brasileiros” (isto, é indivíduos nascidos no Brasil) que teriam optado por lutarem pela

⁶ FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** UFSC, Tese História, 2002. p. 88

⁷ Idem p. 133

⁸ DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil.** Tese Doutorado História USP, 2007.

pátria (hereditária, no caso) alemã. Inversamente, desejáveis manifestações de patriotismo destes suspeitos potenciais como a participação de descendentes de alemães, italianos e japoneses em combate na Força Expedicionária Brasileira durante a Campanha da Itália (1944-45) eram bastante conhecidas, embora não tivessem sido durante um bom tempo colocada como questão pelos pesquisadores.

Tais questões foram abordadas em duas obras lançadas em 2008, ajudando a lançar luz sobre estes aspectos da história da comunidade alemã no Brasil até então pouco conhecidos. A primeira obra se refere ao caso dos indivíduos oriundos de famílias alemãs nascidos no Brasil e que lutaram na Segunda Guerra Mundial nas forças armadas da Alemanha nazista.⁹ O segundo livro diz respeito aos descendentes de imigrantes alemães nascidos no Brasil que prestaram o serviço militar em tempo de guerra na Força Expedicionária Brasileira.¹⁰ Dentre estes se incluem alguns dos maiores heróis da Campanha da Itália, filhos de alemães e austríacos.

No primeiro caso poderia se ter uma comprovação das suspeitas historicamente lançadas contra os teuto-brasileiros: mesmo sendo nascidos no Brasil pegaram em armas contra a pátria brasileira. Contudo, é importante notar que nenhum dos depoentes que contribuíram para a obra alistou-se voluntariamente, pelo contrário, servir nas forças armadas de Adolf Hitler foi para todos uma imposição das circunstâncias – e da coerção inerente à ditadura nazista. Não se podia, pois, falar nem em motivação ideológica nem em espontaneidade da adesão deles às forças armadas de Adolf Hitler. É significativo que ao final da guerra a justiça militar brasileira tenha se absterido de mover contra esses indivíduos qualquer processo ou investigação. No segundo caso, também temos uma evidência a mais a confirmar o caráter infundado das suspeitas e perseguições que, historicamente, foram movidas contra a comunidade teuto-brasileira em tempo de guerra. É importante notar que das muitas centenas de indivíduos de origem germânica que serviram na Força Expedicionária Brasileira contam-se vários heróis, inclusive o maior deles, o sargento Max Wolff Filho, bem como um único traidor, no caso o soldado catarinense Bruno Larsen, exatamente a exceção a confirmar a regra geral.

O recente trabalho de três jovens pesquisadores, todos doutorandos em trabalho de tese que pesquisaram arquivos estrangeiros, ampliou ainda mais o conhecimento disponível sobre o assunto, ao mesmo tempo em que lançaram novas questões. Uma dessas pesquisas tomou como fontes os arquivos diplomáticos e militares alemães, localizados em Freiburg na

⁹ OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008.

¹⁰ OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008.

Alemanha. Outras duas se debruçaram sobre os acervos da inteligência militar estadunidense nos Arquivos Nacionais dos EUA sediado naquele país.

Uma extensa e detalhada pesquisa nos acervos de documentos do alto comando militar e do ministério das relações exteriores nazista permitiu conhecer de forma mais ampla e problematizadora as relações Brasil-Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial.¹¹ Do ponto de vista deste artigo importa notar que a autora constatou que praticamente inexisteriam meios da liderança nazista retaliar o governo brasileiro pelas perseguições que movia à comunidade de origem alemã, no quadro da campanha da nacionalização e da repressão à subversão. Havia poucos brasileiros residindo na Alemanha durante a guerra e as represálias contra eles dificilmente ajudariam a demover o governo brasileiro do combate à subversão nazista e da promoção da campanha da nacionalização.

Tem-se aí uma nova e mais atualizada evidência a confirmar a fantasia de um “levante” ou “conspiração” de inspiração nazista no Brasil que pudesse ter como base as colônias de imigrantes de origem alemã e seus descendentes. Se houvessem mesmo indivíduos ou uma rede de indivíduos capazes de através de ação subversiva provocar danos ao governo brasileiro, certamente esta teria sido a hora do governo nazista utiliza-los. O problema é que eles simplesmente inexisteriam. As represálias alemãs contra o Brasil, seja pelo seu alinhamento aos EUA, seja pela repressão que promovia contra os indivíduos daquela origem, se daria através da guerra submarina, que chegou às costas brasileiras em agosto de 1942.

Outras duas pesquisas que tomaram como fontes os interrogatórios dos agentes nazistas, bem como e os suspeitos de o serem, pela inteligência militar dos EUA, também o confirmam. A rede de espionagem nazista na América Latina era monitorada pelos Aliados, sendo conhecido seu caráter esparso, sem inserção na comunidade alemã.¹² E, nas colônias de imigrantes alemães em outros países da América Latina, com se descobriu em uma pesquisa dedicada ao Paraguai,¹³ a pregação dos ideais defendidos pelos nazistas, longe de ser consensual, enfrentava franca oposição de boa parte dos próprios colonos. No todo, os autores constatam que atividades de

¹¹ RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese História PUCRS, 2009.

¹² MCGAHA, Richard L. **The Politics of Espionage**: Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945 PhD, Ohio, 2009.

¹³ MASKE, Wilson. **Entre a Suástica e a Cruz**: A fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai (1933-1945). Doutorado, Historia, UFPR, 2004.

espionagem, levantamentos de inteligência e ações subversivas realizadas pelos nazistas em diferentes países da América Latina eram exercidas basicamente pelo pessoal do corpo diplomático alemão e seus auxiliares. Inexistia conexão deles com as comunidades de imigrantes alemães e seus descendentes.

No corrente ano veio a público mais uma pesquisa sobre a comunidade de origem alemã durante a Era Vargas. O livro examina o caso do Vale do Iguaçu, na divisa dos Estados de Paraná e Santa Catarina. Durante a penosa campanha da nacionalização e a subsequente repressão desencadeada após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, examinada pelo autor nessa obra, também não foram encontrados agentes nazistas ou indícios de subversão entre os membros da comunidade teuto-brasileira. Os objetivos dessas iniciativas atendiam a outra ordem de considerações políticas e ideológicas, conforme já notado por diferentes autores.¹⁴

Fontes militares estadunidenses e brasileiras

Provavelmente nenhuma outra alta autoridade militar brasileira foi mais longe no combate à subversão nazista entre as colônias de imigrantes de origem alemã do que o General Osvaldo Cordeiro de Farias. Ele exerceu o cargo de interventor nomeado por Vargas para governar o Estado do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943. Sua história familiar é um exemplo da cisão dos membros do Exército no que dizia respeito às simpatias pelos lados em confronto no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Seu irmão, o também General Gustavo Cordeiro de Farias, havia tomado parte da Missão Militar Brasileira de Compras em Berlin, resultado da assinatura dos vultosos contratos de aquisição de armas do Brasil à Alemanha em 1937 e 1938. Ele foi tido até 1942 como um simpatizante do Eixo, demonstrando publicamente sua convicção de que a Alemanha iria ganhar a guerra.

Posteriormente o General Gustavo Cordeiro de Farias se converteria ao lado Aliado, tornando-se ardoroso defensor dos métodos e armas de origem estadunidense e servindo como impulsionador da total “americanização” do Exército Brasileiro. Seu irmão, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, não passou por tais oscilações, sendo sempre reconhecido como um caso extremo de dedicação e empenho à causa do combate a subversão e a espionagem nazistas. Em extenso depoimento

¹⁴ DUDEK, Wanilton. **Política, repressão e nacionalismo**: o cotidiano da comunidade alemã do Vale do Iguaçu durante a Era Vargas. União da Vitória: UNIUV, 2015.

publicado em 1981¹⁵ ele descreve em detalhe a campanha que organizou contra o nazismo no Rio Grande do Sul àquela época.

Ele afirma que haviam focos de infiltração nazista em todas regiões onde havia grande concentração de alemães. Quanto maior o isolamento físico das colônias de imigrantes, tanto maior a predominância da língua alemã sendo que nas escolas, segundo ele, não se falava português. Contudo, em se tratando de estabelecer alguma relação entre o perfil dos indivíduos de origem alemã e seu grau maior ou menor de adesão ao nazismo, ele não enfatiza, necessariamente, a questão do idioma. O fator decisivo seria a ligação do indivíduo com a terra brasileira, sendo o tempo já decorrido desde a chegada ao Brasil a variável mais relevante.¹⁶

O General Osvaldo Cordeiro de Farias reitera em seu depoimento antigas e infundadas noções segundo as quais Hitler pretendia formar uma Alemanha Austral englobando as regiões de diferentes países do sul da América do Sul onde predominasse a colonização alemã, bem como insiste na relação entre homogeneidade étnica e o impulso para o separatismo. Haveria, segundo Cordeiro de Farias, um plano de subversão e domínio do sul do Brasil por parte da Alemanha Nazista e caberia a ele e a todo governo o combaterem. Ele fala dessas ações em termos de “contra-ofensiva” e que “...declarei guerra contra a Alemanha em fins de 1938... a campanha contra o nazismo no Rio Grande do Sul foi o ponto de honra do meu governo”.¹⁷ Contudo, em se tratando da investigação e repressão a atividades nazistas, ele não conseguiu apontar nenhum caso concreto envolvendo os membros das colônias de imigrantes. De fato, a única ação do tipo mencionada em suas memórias foi o flagrante de membros do corpo diplomático alemão local envolvidos na recepção de estações de rádio destinadas a espionagem no Brasil. Desta forma, sua ação no combate ao nazismo acaba, nestas memórias, sendo descrita como uma prática preventiva, educativa, cultural, destinada a impedir a eclosão de um presumível complô ou levante nazista no sul do país. Cordeiro de Farias deixaria o governo do Rio Grande do Sul pouco depois de promovido a General, tendo se juntado à Força Expedicionária Brasileira (FEB), na qual exerceu o comando da artilharia divisionária.

A crença na iminência de um levante separatista por parte das populações de origem alemã contra o governo brasileiro, movimento esse que seria orquestrado pela Alemanha nazista, também era partilhada por

¹⁵ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo & Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

¹⁶ Idem, 270-272

¹⁷ Idem, 272

outro membro do alto escalão da FEB, no caso, o então Coronel Floriano de Lima Brayner, que viria a ser chefe do Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. No pior cenário, tal levante seria coordenado com a invasão do sul do Brasil pela Alemanha, como ele recorda em suas memórias publicadas em 1968.¹⁸

Cordeiro de Farias e Lima Brayner não participavam das altas esferas decisórias nacionais e foram mantidos à margem de todas grandes negociações travadas entre autoridades militares brasileiras e estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial. Não tinham, portanto, como tomar ciência do real estado da ameaça nazista ao Brasil naquela época que se manifestava, por exemplo, nos documentos endereçados pelo Ministro da Guerra o General Dutra ao ditador Getúlio Vargas, nem muito menos tinham conhecimento das avaliações geradas pela inteligência militar dos EUA. Se tivessem tal conhecimento perceberiam rapidamente que suas apreensões nem sempre foram compartilhadas pelas altas autoridades, embora elas assim se manifestassem publicamente.

Em se tratando de examinar as fontes legadas pelas altas autoridades militares brasileiras na Segunda Guerra Mundial sobre o tema é importante notar a relevância dos relatórios apresentados anualmente pelo Ministro da Guerra ao ditador. Tratava-se de documentos de caráter à época secreto, destinados ao conhecimento apenas de membros do ministério. Neles são descritas as diferentes atividades desenvolvidas pelo Exército, bem como apontadas as carências de resolução mais urgente e as ameaças mais prováveis à segurança nacional. O primeiro destes documentos a ser examinado é o relatório relativo a 1939, ano em que se inicia a guerra. Naquele contexto o Exército ainda se debatia com a tarefa de impor a todos cidadãos do sexo masculino o cumprimento do serviço militar obrigatório, tornado lei já no início do século.

Em seu relatório anual à Vargas, o então Ministro da Guerra General Dutra apontava quais eram os três maiores problemas verificados na prática do serviço militar obrigatório. O texto é importante por permitir conhecer o ônus que representava, na forma de conflitos e contradições, o uso do Exército Brasileiro como fator de forjamento e/ou reforço da nacionalidade entre os oriundos dos assim chamados “quistos” de imigrantes não assimiláveis no Sul do Brasil. Por ordem, ele citou, em primeiro lugar, a elevada percentagem de analfabetos (60%). Em seguida,

¹⁸ BRAYNER, Floriano de Lima. A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 35-36

fez menção ao elevado percentual de convocados julgados fisicamente incapazes (50%). Finalmente, em terceiro lugar na ordem de dificuldades que recaiam sobre a administração do serviço militar obrigatório consta “... a bem sugestiva quantidade de jovens brasileiros que ingressam em nossos quartéis, proveniente de núcleos coloniais, e que ignoram completamente o nosso idioma”.¹⁹ A inclusão de jovens que não falavam o português obrigava o emprego de intérpretes nos quartéis onde eles serviam, complicando a instrução e lançando dúvidas sobre a eficácia desta modalidade de uso do exército como instrumento de “nacionalização” destes indivíduos.

O alinhamento definitivo do Brasil com os EUA ocorreu dali a quase três anos em janeiro de 1942. Nesse meio tempo o Brasil seguiu mantendo relações diplomáticas com a Alemanha, embora com seguidos atritos. As questões mais importantes diziam respeito ao uso de pessoal diplomático para finalidades subversivas ou de espionagem e o contencioso sobre o serviço militar obrigatório. Um marco importante do primeiro tipo de conflito foi a prisão do assessor cultural da Embaixada da Alemanha no Brasil, acusado de espionagem e subversão pelas autoridades brasileiras. Também o consul alemão em Porto Alegre foi preso e deportado, como resultado de uma ação conjunta de Osvaldo Cordeiro de Farias e o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, outro notório apoiador dos EUA. Outro caso de destaque foi a pretensão da representação diplomática nazista de que a prestação do serviço militar obrigatório por parte dos indivíduos de origem alemã nascidos no Brasil deveria ocorrer na Alemanha, com o que o governo brasileiro não concordava. Estas questões se arrastaram até a ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha no início de 1942, sem serem resolvidas e complicando as relações entre os dois países.

O período que levou ao alinhamento integral e definitivo do Brasil com os EUA se iniciou com a ruptura de relações diplomáticas com os países do Eixo em 28 de janeiro de 1942, ao término da Conferência do Rio, se encerrando com a declaração de guerra a Alemanha em 22 de agosto. Neste período ocorreu também a escalada da repressão contra os agentes nazistas no Brasil, levando a liquidação da sua rede de espionagem, tão importante para abastecer de informações a guerra submarina. A Alemanha

¹⁹ BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Eurico Gaspar Dutra Ministro de Estado da Guerra em novembro de 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940. p. 909 disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouLUNidER5a21YY00 acessada em 15/10/2015

ameaçou, pelo rádio, retaliar. Não ficava claro de que forma a Alemanha poderia retaliar o Brasil, embora a sequência de afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães em águas do Caribe que já então seguia firmemente desse uma indicação nesse sentido. A opção alemã por esse tipo de retaliação ficou clara quando teve início a guerra submarina nazista contra nossa navegação de cabotagem, em agosto de 1942.

Em maio de 1942 a tensão entre Brasil e Alemanha foi levada a um novo patamar quando o Ministro da Aeronáutica Salgado Filho anunciou publicamente que aviões da FAB já estavam atacando submarinos do Eixo em trânsito pelo Atlântico Sul. O fato era até certo ponto surpreendente, uma vez que, embora tivesse rompido relações diplomáticas com a Alemanha, o Brasil seguia sendo um país formalmente neutro. Seguiram-se novas ameaças nazistas, afinal, concretizadas. Mas tal se deu não na forma de um levante político ou militar dos alemães e descendentes no sul do Brasil, ou uma sequência de sabotagens, como durante tanto tempo temeram as autoridades policiais e militares brasileiras. A retaliação alemã se deu na forma do torpedeamento em águas territoriais de diversas embarcações de cabotagem em agosto de 1942. A escala da matança, que ceifou a vida de centenas de brasileiros, bem como os protestos e manifestações populares que provocou levaram, enfim, à declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

As autoridades militares brasileiras demandavam o fornecimento de armas pesadas modernas aos EUA praticamente desde o início da guerra. No momento em que o Brasil entrou formalmente no conflito esses pedidos ainda seguiam quase que totalmente não atendidos. Além de desprovido de armas pesadas o processo de motorização e mecanização do Exército Brasileiro apenas havia se iniciado, constituindo também numa grave sobrecarga de serviço para os efetivos humanos e recursos materiais disponíveis.

Essas tensões se tornaram ainda mais amplas devido a necessidade de se mobilizar efetivos e meios de defesa capazes de dar conta de uma multiplicidade de ameaças, internas e externas, de esquerda e de direita, de dentro e de fora do continente americano, em terra, mar e ar. Eram muitos e diversos os inimigos reais ou potenciais do Brasil àquela época, implicando na mobilização dos meios correspondentes para dar conta de todos eles. Em meados de 1942 os preparativos para a mobilização requerida por uma guerra global apenas tinham recém-começado, ainda estando longe de prover meios e recursos de defesa nacionais eficientes, ao passo que as ameaças que recaíam ao país, internas e externas, haviam se multiplicado.

É nesse contexto que deve ser examinada outra fonte legada pelo Ministro da Guerra, no caso, o texto do voto contrário de Dutra ao

rompimento de relações diplomáticas com o Eixo quando da reunião convocada por Vargas em 27.01.1942, véspera do encerramento da Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro. A reunião tinha por objetivo definir a posição do Brasil que seria anunciada no dia seguinte, havendo a expectativa de que seria mesmo anunciada a ruptura de relações com o Eixo ao fim da conferência. O Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha havia se empenhado intensamente para que se decidisse pelo rompimento, deixando claro que se demitiria do cargo se a reunião decidisse que o Brasil deveria continuar a manter relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão.

Já o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra se opunha a essa linha de ação. Em sua fala a Vargas e ao Ministério ele citou a carta que o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, tinha acabado de lhe enviar. No texto Góes Monteiro afirmava não poder as forças armadas garantir a defesa do território, no caso altamente provável de haverem consequências de caráter militar contra o Brasil, por conta do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, então proposto.

A desesperada carência de armas pesadas e veículos de combate da qual padecia o Exército Brasileiro era, em certa medida, resultado da paisagem estratégica que foi criada com o início da Segunda Guerra Mundial. O Brasil havia encomendado material de guerra, principalmente artilharia, na Alemanha nazista. Com a imposição, desde o início do conflito, do bloqueio naval britânico, tornou-se impossível à Alemanha realizar a entrega do material encomendado e já pago pelo Brasil. A única fonte alternativa para obtenção de material bélico atualizado, a partir daí, eram os EUA. Contudo, Dutra fez notar aos presentes que quase dois anos de intensos contatos e negociações com os Estados Unidos, no sentido de se obter as armas mais necessárias, haviam já se passado sem que até ali houvesse sido colhido qualquer resultado relevante²⁰.

Na avaliação de Góes Monteiro, partilhada por Dutra, as fragilidades militares brasileiras eram de ordem estratégica. Eram muitas e variadas as ameaças que poderiam recair sobre a segurança nacional. Se o governo decidisse pela ruptura de relações diplomáticas, seus membros teriam de levar em conta o amplo leque de perigos que poderiam pairar sobre o país, incluindo aí a imposição de um verdadeiro estado de guerra com os países da coalizão nazi-fascista, para não mencionar as ameaças internas.

²⁰ *In*: LEITE, M. R.; NOVELLI JR. **Marechal Eurico Gaspar Dutra**: o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 485-486.

Cabe examinar aqui a lista de ameaças que Dutra arrolava como prováveis, num contexto em que a guerra era tida como não só extremamente provável, como também parecia que estava na iminência de eclodir. Em particular, cabe examinar fontes que digam respeito ao perigo que poderia representar para a segurança nacional os “quistos” de imigrantes no sul do Brasil onde predominavam os núcleos coloniais de origem alemã, italiana e japonesa, e o contexto no qual se inserem.²¹ O pior aspecto das debilidades militares brasileiras continuava sendo a crítica escassez de armas pesadas, no caso, blindados e artilharia. Embora a situação certamente fosse do conhecimento dos presentes, Dutra não deixou passar a oportunidade de lembrar como se encontrava despojado o Exército Brasileiro de tanques e canhões. Sem essas armas pesadas seria impossível travar a guerra moderna, restando ao país assumir compromissos com os quais sabidamente não poderia arcar.²²

Na avaliação de Dutra sobre quais áreas estariam mais ameaçadas naquele momento histórico ele cita várias regiões e Estados. Para ele o Exército deveria ser capaz de garantir a segurança de áreas como o Nordeste, Pará, Paraná e Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso, Rio da Prata e Rio Grande do Sul.²³ Embora não seja explicitamente mencionado, parece claro que a ameaça dos assim chamados “súditos do Eixo” residentes nas colônias dos Estados do Sul ainda é altamente considerada, daí a menção ao Paraná e Santa Catarina. A levar em conta o contexto da avaliação de Dutra, seria de se esperar um levante armado das populações de origem germânica, italiana e japonesa quando da declaração de guerra entre Alemanha e Brasil, ou mesmo a qualquer momento imediatamente antes ou depois disso. Daí a necessidade do Exército estar pronto para reagir a qualquer ameaça provocada nestes estados que contavam com grandes concentrações de indivíduos tidos como potencialmente subversivos.

Os temores sobre o desencadeamento destes eventos foram reforçados pelas ameaças proferidas pela propaganda de rádio alemã dirigida ao Brasil. Desde o início da guerra temia-se que Hitler usasse das transmissões de rádio para incitar as populações de origem alemã contra o governo brasileiro. Era de se esperar que a ação subversiva nazista no Brasil fosse desencadeada, então, naquele momento, como parte das represálias ameaçadas por rádio pela Alemanha contra o Brasil. Uma das entidades encarregadas de acompanhar as transmissões de rádio operadas pelo governo nazista e transmitidas para o Brasil, diretamente ou através de

²¹ Idem.

²² Idem, p. 488-489.

²³ Idem, p. 518-519.

estações em países vizinhos, na época da Segunda Guerra Mundial, era o serviço de escuta da rede de monitoramento de transmissões clandestinas, montada pela Federal Communication Commission (FCC) do governo dos EUA.

Aqui é oportuno examinar algumas fontes legadas por esta instituição quando dos seus esforços em erradicar as transmissões de rádio clandestina e, simultaneamente, acompanhar o conteúdo das transmissões de rádio de estações comerciais e estatais dos países inimigos. O posto de radio-escuta instalado no Rio de Janeiro constatou em 18 abril de 1942 que uma ameaça nazista ao Brasil estava sendo retransmitida por uma rádio na Argentina. A irradiação transcrita afirmava que o Brasil pagaria caro pela atitude que estava tomando contra os indivíduos eixistas residentes em seu território. Não fica claro se tal se referia aos espões alemães, então em processo de erradicação no Brasil, aos membros das colônias de imigrantes submetidos aos vexames, privações e constrangimentos da política de nacionalização, ou ambos.²⁴ O fato é que nada aconteceu. As comunidades de origem alemã, rurais e urbanas, permaneceram quietas, sem registro de incidentes ou manifestações.

Em 28 de junho de 1942 o Posto de Radioescuta da FCC monitorava estações de rádio argentinas. Uma delas, a Rádio Fenix, noticiou que havia sido descoberto um complô de quinta-colunas no território do Chaco argentino, tendo sido feitas várias prisões no dia 22 daquele mês.²⁵ A notícia era perturbadora, uma vez que estas ações poderiam estar em conexão com os preparativos para a prometida retaliação nazista ao Brasil.

Naquele mesmo dia outra estação na **Argentina** reproduzia mensagens da Rádio de Berlin ameaçado represálias contra o Brasil caso o governo não cessasse a perseguição que movia contra os alemães no país.²⁶ Ainda uma vez mais nada aconteceu. Inexiste qualquer registro de ações individuais e coletivas de caráter subversivo entre as populações de origem alemã também nessa época. Tal fato já deveria servir como comprovação da inexistência da tão temida “quinta-coluna” de sabotadores e espões nas colônias de imigrantes de origem alemã. Não obstante, a repressão e vigilância policial sobre a comunidade de origem alemã não se interrompeu.

²⁴ FEDERAL COMMUNICATION COMMISSION, Posto de radio escuta Rio de Janeiro. Relatório 14 de abril de 1942. National Archives and Records Administration, Record Group 173.11, disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouWlQ0ZzN2cXIxRUk Acessado em 15/10/2015 Imagem 5943

²⁵ Idem, Imagem 5965

²⁶ Idem, Imagem 5969

A esse respeito é oportuno examinar o conjunto das ameaças à segurança nacional brasileira, segundo o ponto de vista dos autores de outra fonte histórica, no caso, um relatório da seção de informações do Estado Maior do Departamento de Guerra dos EUA, na antevéspera da declaração de guerra do Brasil à Alemanha. Quais eram, para os autores do documento, as ameaças externas? Como eram descritas os perigos internos? Que importância era dada por eles à ameaça representada pelas comunidades de imigrantes oriundos dos países que então formavam o Eixo?

Logo em seu primeiro ítem o documento confirma os temores há tempos manifestados por Dutra, com relação à dissipação dos efetivos estadunidenses, no caso de entrada do Brasil na guerra. Os militares dos EUA também acreditavam que o Eixo estaria forçando deliberadamente uma declaração de guerra por parte do Brasil a fim de atender aos seus próprios interesses, na medida em que haveriam pedidos brasileiros aos EUA de armas e tropas para garantir sua defesa. Nesse cenário, ocorreria o desvio de considerável soma de recursos Aliados de outros fronts de luta para o Brasil, o que certamente seria vantajoso para Alemanha, Itália e Japão. O General Dutra já havia chegado exatamente à mesma conclusão seis meses antes.

O ítem mais importante desse documento é o que enumera as ameaças mais prováveis à segurança nacional brasileira, englobando nada menos de cinco possibilidades. A primeira, mais óbvia e mais perigosa, seria a simples continuidade da guerra submarina do Eixo contra navegação brasileira, num contexto em que ainda inexistiam, fosse na Marinha de Guerra ou na Força Aérea brasileiras, quaisquer recursos defensivos capazes de darem conta dessa ameaça. No Brasil não haviam nem embarcações nem aeronaves capazes de detectar submarinos submersos com sonar ou emersos através do radar. Dada a incapacidade das forças armadas brasileiras de detectar e destruir os submarinos alemães, Hitler poderia optar por seguir impunemente com sua guerra à navegação mercante brasileira, inclusive nas próprias costas do mar territorial, como foi demonstrado de forma cabal com os sucessivos torpedeamentos de agosto.

O segundo ítem é justamente o que diz respeito ao perigo representado pelas colônias de imigrantes estrangeiros. Havia o receio que ocorressem ações de sabotagem, subversão e até mesmo guerra de guerrilha por parte dos indivíduos oriundos dos países do Eixo. Contudo, nacionais e descendentes de alemães, italianos e japoneses não eram tido todos como igualmente perigosos. Nesse sentido, o documento faz uma importante distinção.

O texto não considera perigosos os italianos, descartando-os como ameaças. Já os indivíduos oriundos da Alemanha e do Japão inspiravam

cuidados. É elogiado no documento o trabalho da polícia brasileira nos meses precedentes, marcado por intenso combate à espionagem nazista. A avaliação da atuação policial brasileira continha um fator de tranquilidade adicional, uma vez que as investigações não haviam revelado a existência de qualquer estoque significativo de armas ou munição em poder de indivíduos “eixistas”. Parecia claro para os autores do documento que a ameaça da quinta-coluna havia sido grandemente exagerada pelas autoridades militares e policiais brasileiras.

Em terceiro lugar é mencionada a possibilidade da criação de um “incidente” na fronteira do sul do Brasil com a Argentina ou o Paraguai. Os nazistas poderiam usar a desconfiança e ciúme dos argentinos como forma de leva-los a agir contra o Brasil, criando um foco de conflito que, certamente, seria um fator a provocar grande perturbação na coalizão de países da região já alinhados com os EUA. No limite, toda política da “solidariedade continental” poderia ser posta em risco. Em último lugar são mencionadas as possibilidades de ocorrência de ataques marítimos às bases aéreas e instalações militares do nordeste do Brasil, bem como de ataques aéreos àquela região vindos de Dakar.

Em suas conclusões o autor do documento prevê que Vargas será obrigado a declarar guerra ao Eixo por conta da pressão popular, muito embora reconheça que ele pessoalmente desejava evitar o envolvimento direto do Brasil na guerra. São retomadas as considerações sobre a possibilidade da ocorrência de incidentes fronteiriços que possam vir a ser provocados com a **Argentina**. O texto é bastante cético com relação a possibilidade do Eixo conseguir fomentar a hostilidade entre Brasil e **Argentina**, embora reconhecesse que, se bem sucedida, tal manobra atenderia aos interesses do nazi-fascismo.

É no terceiro item deste documento que é feita menção especificamente ao problema posto pelas comunidades de língua alemã no Brasil. O documento reconhece a necessidade crescente de supervisão em áreas estratégicas, uma vez que vários locais sensíveis, isto é, de alto interesse para a segurança hemisférica, seguiam insuficientemente vigiados. Contudo, o autor do documento coloca que a população alemã é largamente agrícola e não é entusiasticamente pro-nazi e que os frequentes relatórios do seu treinamento militar secreto são superestimados.²⁷ Temos aí

²⁷ Imagens 96a, 96b e 96c acervo NA RG 165 Memorandum for the assistant chief of staff, OPD, Subject: estimate of brazilian situation 20/08/1942 Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_oufkN5ZXFHMUYwaUNiMmhwYlBHYm04X3RTaUZLcEM5N1hfaGMtbk5DZlVqTGs>. Acesso em: 12 abr. 2015.

uma avaliação perfeitamente condizente com os fatos tal qual estabelecidos a posteriori pelos historiadores. O documento reconhece, pois, que a ameaça representada pelas comunidades de origem alemã ao Brasil pode ter sido exagerada.

O autor do texto, contudo, não deixa de notar que existem muitos elementos pró-Eixo sim, mas não entre os indivíduos de origem alemã residindo em zonas rurais pelo Sul do Brasil. O problema apontado são os elementos pró-Eixo existentes dentro do próprio governo brasileiro. Contava-se que a declaração de guerra deveria diminuir ou eliminar a influência de tais indivíduos no governo e nas forças armadas, o que seria benéfico para a causa Aliada. Finalmente, o texto prognosticava que a declaração de guerra do Brasil ao Eixo poderia influenciar o Chile a romper relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, intensificando a solidariedade continental.²⁸ Tal fato, contudo, só viria a ocorrer dali dois anos. Independentemente de não ter vindo a se verificar a adesão do Chile ao bloco aliado, parece claro neste documento que a estabilidade interna do Brasil à época da declaração de guerra do Brasil ao Eixo estava plenamente assegurada.

Uma avaliação consideravelmente mais pessimista surgiu exatamente na mesma ocasião, desta vez, vinda de um membro do Serviço de Inteligência Militar dos EUA, contrariado com a análise da conjuntura que era feita pelo Embaixador dos EUA no Brasil.²⁹

Em um memorando para o Chefe do Serviço de Inteligência Militar em Washington, datado de 22/08/1942 é narrada a entrevista do autor com o Embaixador dos EUA no Brasil Jefferson Caffery. Uma vez mais a infiltração nazista, seja no governo, seja nas comunidades de origem alemã, aparece em destaque. No geral, o tom do documento é bastante pessimista e ameaçador.

O Coronel L.D. Carter do Exército dos EUA estava no comando da Inteligência Americana no Brasil naquela época. No texto remetido ao seu superior em Washington ele questionava o otimismo de Caffery com relação à lealdade do ministério à causa aliada que, segundo o Embaixador, não podia ser posta em dúvida. Em oposição a essa avaliação ele citava o adido militar do Exército dos EUA junto à Embaixada que, repetidamente,

²⁸ RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações Diplomáticas e Militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese Doutorado História PUCRS, 2009. 390 p.

²⁹ Imagem P7040036, NARA II, RG 165, Memorandum for the Chief of the Military Intelligence Service. 22 agosto 1942 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouWlQ0ZzN2cXlXRUk Acessado em 15/10/2015

advertia sobre a desfavorável influência exercida por Dutra e Góes Monteiro, tidos como simpatizantes do Eixo pelas autoridades militares estadunidenses. Além disso, ele expressava dúvidas sobre a habilidade da polícia brasileira em dar conta dos pró-alemães no Sul do Brasil que, pare ele, mesmo àquela altura dos acontecimentos, seguiam sendo uma ameaça.

A esse quadro ele acrescentava o risco que representavam os seguidores de Plínio Salgado, cujo movimento político de inspiração nazifascista, a Ação Integralista Brasileira, havia sido proscrito e se encontrava na clandestinidade desde o fracassado golpe de Estado tentado em 1938. O Coronel Carter afirmava que, longe de terem sido contidos, a situação apresentada pelos integralistas é mais séria do que a análise do Embaixador admitia. A fronteira Brasil-Argentina provavelmente criaria problemas que poderiam ser agravados pela ação do Eixo, com o objetivo de desviar recursos militares estadunidenses de outros teatros para esta parte da América do Sul.

O autor da fonte também acusava o Embaixador de subestimar o perigo da sabotagem organizada, notando como as ferrovias do interior de Minas Gerais, que carregavam materiais estratégicos para serem exportados para os EUA, poderiam facilmente ser postas fora de ação. Para ele as ferrovias não eram bem guardadas assim como as hidrelétricas nas proximidades das grandes cidades. A concretização destas ameaças, certamente, iria depender do grau de infiltração nazista no governo e nas comunidades de origem germânica no sul do Brasil.

Ele admitia não ter como estimar a resistência passiva dos membros pro-Eixo do Exército Brasileiro à política pró-EUA de Vargas. Pior ainda, citando como fonte novamente o adido militar, há a preocupação com o número considerável de armamentos ilegais no sul. Em sua estimativa tal número pode chegar a 200.000 armas apenas no Rio Grande do Sul. Parece clara a intenção de insinuar ou sugerir que todas essas armas teriam finalidade militar, ao invés de serem destinadas à caça e defesa pessoal, como estabelecido na pesquisa já citada de Marlene de Fáveri.

Como preocupação adicional muitos soldados descendentes de alemães estavam no exército e servindo próximos a suas casas. Esta última observação indica uma contradição a mais da política de recrutamento dos indivíduos “eixistas” no Exército para “abrasileira-los”. Engajar no serviço militar os descendentes de alemães, italianos e japoneses poderia servir tanto para a inculcação dos valores pátrios brasileiros como para treinar no uso de armas aqueles que podem vir a se tornar, eventualmente, traidores em potencial.

Desde a declaração de guerra que diferentes agentes e instituições do governo brasileiro já estavam considerando o envio de tropa para lutar nas frentes de batalha da Segunda Guerra Mundial. Um dos envolvidos com a proposta da criação de algum tipo de força militar a ser enviada além mar era o próprio Ministro da Guerra. Em 06.01.1943, o General Dutra dirigiu a Vargas uma exposição de motivos versando sobre a criação de Forças Expedicionárias. O texto é significativo porque uma vez mais reitera a vasta coleção de ameaças, potenciais ou prováveis, à segurança nacional.³⁰

Aqui vivem, sem exagero, mais de 600.000 alemães, perto de 1.100.000 italianos e cerca de 300.000 japoneses, sem contarmos os próprios brasileiros seus descendentes ou simpatizantes, que ainda de muito viriam avolumar esses dados, agravando, destarte, consideravelmente a situação³¹.

Em 1943, quando se ultimavam as negociações que dariam origem à FEB, o Ministério da Guerra estava à frente de um exército em franca expansão que em breve atingiria o efetivo de cerca de 180.000 homens. A mobilização militar, necessária para armar, equipar e manter tantos militares no serviço ativo, demandava a convocação adicional de outros milhares de homens em seu apoio. Os efetivos militares não se destinavam, primordialmente, a combater o nazi-fascismo além mar. Em seu relatório a Vargas, dedicado aos eventos daquele ano, Dutra enfatiza as ameaças mais prováveis a que o Exército teria de responder: “Estruturando a resistência do país a todas infiltrações revolucionárias, quer de caráter social, quer de aspecto político, mantem-se as Forças Armadas, o quanto possível, imunes a todas tais corrosões e, leais à sua missão, prontas a conter e anular quaisquer arremetidas contra a ordem pública e as instituições nacionais³².”

As ameaças internas seguiam, mesmo no contexto de auge da Segunda Guerra Mundial, sendo tidas como as mais importantes. Coerente com esse pressuposto, caberia ao Exército atuar como tropa de ocupação de seu próprio país, tamanha a quantidade de ameaças e perigos potenciais de que teria de dar conta de dissuadir com sua presença. Uma vez que os

³⁰ OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

³¹ LEITE; NOVELLI JR., p. 578-579.

³² BRASIL, MINISTÉRIO DA GUERRA, Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. pp. 262. Imagem 752 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouWlQ0ZzN2cXlXRUk Acessado em 15/10/2015

perigos internos eram os mais importantes, as providências para debelá-los deveriam ser equivalentes, ou até mesmo ter precedência, segundo Dutra, sobre os preparativos para as operações extracontinentais³³.

O que se percebe é que mesmo no ano de 1943, marcado por uma reviravolta completa da sorte da guerra a favor dos Aliados em todos fronts, a máxima prioridade do Exército Brasileiro seguia sendo a manutenção da ordem interna, aparecendo a prevenção de um levante nazista por parte das populações das colônias de imigrantes alemães e seus descendentes ainda como uma das ameaças a ser levada a sério. O precedente das tentativas de golpe por parte dos comunistas (1935) e dos integralistas (1938) explicam a preocupação com as citadas ameaças de “esquerda” e de “direita”.

A percepção de uma dupla ameaça, interna e externa, fazia da fronteira sul o principal foco das preocupações das autoridades militares. Tratava-se de um contexto em que a expansão geral dos efetivos militares parecia finalmente prover os meios para se materializar as organizações e unidades, necessárias para se dar conta de tantos cenários possíveis de emprego. Numa futura reorganização geral do Exército, a Região Sul haveria de adquirir novo status administrativo e político.³⁴

À importância central concedida à região sul correspondia o caráter secundário atribuído a todos os demais potenciais teatros de operações. De todos, o mais desconsiderado pelas autoridades militares brasileiras era o Nordeste.³⁵ Aqui residia a principal diferença entre brasileiros e estadunidenses ao atribuir prioridade aos esforços de defesa.³⁶

Em 29 de setembro de 1943 voltou a se reunir em Washington o Conselho Consultivo Conjunto das Republicas Americanas, composto por membros da Marinha e Exército dos EUA. O órgão estava inativo há quase dois anos e havia voltado a se reunir por iniciativa de Cordell Hull, Secretário de Estado, o qual sugeria que fosse modificada a política do Lend Lease para a América Latina. Em suas origens, o comitê foi destinado a examinar os pedidos de auxílio militar por parte das forças armadas de diversos países latino-americanos, resultado de conversações preliminares de estado-maior que Hull havia mantido em sua viagem pelo continente logo depois da queda da França em junho de 1940.

Naquele contexto inicial das atividades da comissão a prioridade era obter acesso a bases aéreas e navais por toda América Latina, bem como garantir seu controle face às ameaças do Eixo. O período que se seguiu ao

³³ Idem. p. 263. Imagem 753

³⁴ Idem p. 260.

³⁵ OLIVEIRA, 2015

³⁶ BRASIL, 1944. *Op. cit.*, p. 261.

ataque japonês à Base Naval estadunidense em Pearl Harbor em 07/12/1941 foi de intensa mobilização nos EUA, durante o qual pouco ou nenhum material bélico podia ser enviado dos EUA para a América Latina. O desembarque anglo-estadunidense na África do Norte em 08/11/1942 eliminou definitivamente a ameaça de invasão nazista ao continente americano. Não haveria a partir daí a possibilidade dos nazistas usarem a base de Dakar como ponto de partida para uma eventual invasão do Brasil. A prioridade das marinhas de guerra brasileira e estadunidense passava a ser, então, a guerra antissubmarino. A questão colocada ao final de 1943 era sobre qual deveria ser a política adotada no futuro, com relação a ajuda militar que os EUA forneceriam à América Latina, nesta nova paisagem estratégica.

Isso colocava como questão a determinação da forma e da natureza das ameaças que poderiam recair sobre o continente americano, bem como a contribuição que cada país da região já estava dando para o esforço de guerra aliado. No que se refere às ameaças é o caso de se indagar se e onde ainda haviam receios quanto à ação dos quinta-colunas, bem como as implicações da ação deles sobre o esforço de guerra. Nem o Brasil nem a **Argentina** são citados nesta comissão como países ameaçados pela subversão nazista. Já o Peru e o Chile estão nessa situação – especialmente o Chile.³⁷ A ênfase com a preocupação com o Chile é fácil de entender. Uma vez que o Chile seguia mantendo relações diplomáticas com a Alemanha, abria-se a possibilidade do uso do pessoal da embaixada alemã para ações de espionagem e subversão junto à colônia alemã daquele país. No caso brasileiro tal possibilidade já havia sido eliminada no ano anterior, quando do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e o Eixo.

O exame das fontes consultadas permite concluir que a percepção da ameaça, potencial ou real, representada pela subversão nazista entre as comunidades de imigrantes e descendentes de origem alemã no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, acaba de forma definitiva em 1943, tanto para as altas autoridades militares dos EUA quanto para as do Brasil. A partir daí o assunto não volta a ser tema de debate ou especulações entre os generais brasileiros e estadunidenses. Na hipótese do “perigo alemão” a pior possibilidade, com vimos, era a ocorrência de um levante separatista do sul do Brasil sob orientação da Alemanha nazista, simultaneamente a um desembarque de tropas inimigas no litoral da região e/ou uma invasão por

³⁷ *Imagens 1575-1576 Army-Navy Joint Advisory Board on American Republics. Minutes of the meeting of September 29, 1943. NARA II, RG 165. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vcLWzR_ouWlQ0ZzN2cXlXRUk Acessada em 15/10/2015*

parte da Argentina. Esse cenário deixa de ser levado em consideração em fins de 1943, quando, finalmente, estadunidenses e brasileiros, concordaram com a necessidade de reforçar a fronteira Sul do Brasil a fim de dissuadir a Argentina a romper relações com o Eixo e passar a combater a espionagem e subversão nazista abrigada naquele país sob o manto das imunidades diplomáticas. A eventual participação das populações de origem germânica em quaisquer atividades hostis ao esforço de guerra aliado havia sido, enfim, definitivamente descartada.

Recebido em Setembro de 2015.
Aprovado em novembro de 2015.